

Guerra santa pela educação

Fátima Cunha Ferreira Pinto*

Um questionamento de base urge neste momento, quando a velha novidade — depauperamento do sistema educacional — ressurge travestida de emergência extemporânea, ou crise recém-irrompida e brilhantemente detectada por algum gênio do setor. Distante desta presunção descabida e exibicionista está qualquer pensador sério em Educação, porque este só vê no alardeamento do fenômeno a repetição do sintoma crônico de uma moléstia, que os anos eleitorais apenas transformam estrategicamente em epidemia de fácil debelo, cujo tratamento tem se baseado na aplicação de emplastos e mezinhas, sem qualquer preocupação de ordem profilática ou incisiva.

Assim, fica bem mais fácil compreender que a corrosão progressiva e sistemática do sistema educacional é embrionário do próprio modelo político de colonização, que forjou o berço da mentalidade nacional segundo um modelo de subserviência econômica e cultural, no que tange à aceitação tácita e pacífica de um destino malsão e profético quanto ao papel suplementar e minoritário que nos cabe na formação e divisão das classes mundiais. Claro está que a saída do claustro da dependência para a autonomia nacional, *lato sensu*, passa, primeira e exclusivamente, pela compreensão do problema e, secundariamente, pela competência do enclausurado em construir mecanismos hábeis de solução, fomentado pela vontade férrea da libertação que deve animar a todos, indistintamente.

Entretanto, contrariamente a essa ordem lógica de raciocínio, age, surdamente, nos bastidores da mentalidade nacional, o ranço profundo e atávico daquele modelo de dependência, responsável pela natural divisão da totalidade social entre os que foram destinados a governar, e os que, placidamente, esperam ser governados. Não cabe aqui entrar no mérito da excelência ou não das relações entre trabalho/capital, ou mesmo da existência natural entre elite intelectual/massa iletrada, ou mesmo até das bruscas transformações nos sistemas políticos e governamentais por que passa o mundo contemporâneo. O que queremos enfatizar é que a mentalidade nacional está ainda, como decorrência histórica do modelo colonialista, na posição de espera quanto ao destino que lhe reserva o futuro, modelo este que reduplica, na esfera das relações entre Governo e Sociedade, a atitude de complacência e confiança desmedida naqueles responsáveis pela condução e gerenciamento da coisa pública. Disto decorre uma consequência ainda mais grave, já agora de ordem ética, que diz respeito à aceitação de um relacionamento simbiótico perverso entre Governo e Governado. Aquele, governando a

urbe como se extensão fora de seu próprio domínio, e este entendendo-se de qualquer responsabilidade quanto aos eventuais descabimentos verificados na gerência da coisa pública. Não reivindica a si o mérito pelas glórias, é certo, mas também justifica piedosamente a sua omissão.

O Sistema Educacional, tanto o público quanto o privado, pode ser encarado sob essa perspectiva, uma vez que dele somente se esperam as soluções para o grave problema que enfrenta. E é essa mesma atitude de espera que exige o cidadão de participar, de colaborar e de se responsabilizar pela falência do setor. As cobranças extemporâneas não somente são estereis, como atestam a persistência do ranço colonial, segundo o qual direitos e deveres próprios a um indivíduo são outorgados ao "enviado" de maior competência.

Como ilustração da vigência desse direito de outorga e de soberania do Sistema Educacional, está a própria dificuldade de se definir o que, nos dias de hoje, seja uma escola, uma vez que nela confundem-se tarefas que incluem desde a higienização dos alunos, passando pelo tutoramento ético, até o desempenho de suas atividades inerentes e específicas. Isto, repetimos, resulta desse cacoete histórico colonialista que legou à sociedade brasileira o cunho paternalista mais pernicioso: a inação individual, a espera compulsória e natural às benesses do pai "sacrificial". Claro, ao setor público cabe o bom gerenciamento das escolas públicas, e isto deve ser cobrado. Entretanto, é necessário compreender que o problema educacional do País não pode e não deve ser encarado como função exclusiva do Poder Público, nem sua falência imputada aos tempos presentes. É decorrência e efeito.

A solução, então, não está somente no setor específico, mas no cerne de uma mentalidade cultural de cunho não autônomo, não participativo e não operante. Se alguma coisa há a fazer, é esperar que Sociedade e Governo se aventurem numa verdadeira guerra santa em prol da transformação da mentalidade nacional, quanto à supremacia da Educação sobre todos e quaisquer outros setores da atividade humana. É através dela que se conseguirá definir a cara do povo e a face da Nação, mesmo porque ela é o próprio povo. Povo e Governo têm de compreender que a Educação não é um bem, nem um fim social, mas o investimento na autonomia, na riqueza e na soberania.

O mestre sabe disto. O seu exemplo deve servir de guia a toda a sociedade. Acredita, desespere-se, mas luta. Ninguém, na atual conjuntura sócio-econômica deste País, pode dizer estar fazendo mais para a autonomia e a soberania da Pátria do que ele que, solitário, pobre e desacreditado, caminha em busca da futura imagem desta Nação.

JORNAL DO BRASIL
05 NOV 1968